

A inclusão de alunos com deficiência no curso de Pedagogia oferecido pelo consórcio CEDERJ/UERJ

ANNIE GOMES REDIG*

FLÁVIA BARBOSA DA SILVA DUTRA**

Resumo: A inclusão escolar de sujeitos com deficiência exige a construção de práticas pedagógicas que possibilitem o acesso destas pessoas nos mais elevados níveis de ensino. Entretanto, as universidades não estão preparadas para o recebimento de alunos com deficiência em seus cursos de graduação. A falta de acessibilidade física e pedagógica inviabiliza a entrada e permanência deles no ensino superior. Porém, o uso de diferentes ferramentas tecnológicas auxilia no processo de ensino-aprendizagem destes educandos. Desta forma, o ensino à distância (EaD) facilita esse acesso, pois permite que eles administrem o tempo e espaço de estudo. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo discutir o processo de inclusão de alunos com deficiência no curso de Pedagogia, na modalidade de EaD, do consórcio Cederj, oferecido na UERJ. Há muitos avanços nesse sentido, mas ainda precisamos evoluir para que a oferta de cursos tanto no presencial quanto à distância, se torne realmente inclusivo.

Palavras-chave: Ensino superior; Educação à Distância; Inclusão Escolar.

Abstract: The school inclusion of subjects with disabilities requires the construction of pedagogical practices that allow access to these people at the highest levels of education. However, universities are not prepared to receive students with disabilities in their undergraduate courses. The lack of physical and pedagogical accessibility makes it impossible for them to enter and remain in higher education. However, the use of different technological tools helps in the teaching-learning process of these students. In this way, distance education (EaD) facilitates this access, since it allows them to manage the time and space of study. Thus, this article aims to discuss the process of inclusion of students with disabilities in the course of Pedagogy, in the EAD mode, of the Cederj consortium, offered at UERJ. There are many advances in this regard, but we still need to evolve so that the offer of courses both in presence and distance, become truly inclusive.

Key words: Higher Education; Distance Education; School inclusion.



* ANNIE GOMES REDIG é professora adjunta da Faculdade de Educação da UERJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPED / UERJ) e tutora à distância do curso de Pedagogia do CEDERJ; Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPED / UERJ).



** FLÁVIA BARBOSA DA SILVA DUTRA é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação; Pós Doutora em Educação Física Especial.

Introdução

Atualmente vivemos em uma sociedade altamente movimentada e dinâmica. Tempos modernos, tecnologia, informação e uma prática de vida que nos traz muitos benefícios, mas em contrapartida, nos consome. Muitas vezes não conseguimos acompanhar esse tempo tão mutável e articulado.

O advento da informatização provocou diversas mudanças na maneira como interagimos com o mundo, incluindo a Educação. Isto posto, observamos a complexidade da vida contemporânea e suas demandas na sociedade, percebendo assim que o ensino à distância (EaD), principalmente no que tange o ensino superior, se torna uma estratégia bastante viável. A EaD, por meio das inovações tecnológicas permite que pessoas em diferentes lugares estejam conectadas, com objetivos comuns ou não.

Diante desse contexto, a Educação, principalmente no que se refere à EaD, passa a incorporar, em sua metodologia, as novas tecnologias, que possibilitam atender a um público específico de alunos e a oferecer cursos e disciplinas variadas. Surgem, então, diversos modos de trabalho, para os quais os professores nele inseridos possam utilizar diferentes formas de informação, de confecção de material didático e de alocação de tempo de aula e de espaço físico. Esse espaço e esse tempo deslocaram-se de uma materialidade, de um local fixo e determinado, para outras maneiras de utilizá-lo, em que se misturam o público e o privado, o social e o familiar, o trabalho e o lazer (SILVA *et al*, 2015; LUZ; NETO, 2016).

Deste modo, o aluno interage com seus professores, tutores, colegas e com todo material disponibilizado através de uma sala de aula virtual, ou seja, uma plataforma. E dependendo do curso, através de alguns encontros presenciais. O mesmo acontece com as avaliações, que podem variar em presenciais ou à distância, disponibilizadas na mesma plataforma. O que percebemos é que nessa modalidade de ensino, o aluno administra o seu tempo e a organização do seu estudo.

Observa-se que a EaD é desenvolvida com o objetivo de promover o aprimoramento de profissionais e ganha destaque na ampliação do acesso à informação e ao conhecimento científico. Isto ocorre devido ao estímulo à autonomia, valorização do aluno e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem. Além de reduzir a necessidade de deslocamento e custos (PATTERSON *et al*, 2012; BUTTON *et al*, 2014).

São muitos os pontos positivos e já conhecidos da EaD: a capacidade de atender aos diferentes ritmos de aprendizagem; o fato de conseguir reunir pessoas de vários lugares na mesma sala de aula; proporciona a troca de ideias e experiências, além de facilitar a inclusão digital apresentando e levando os usuários a conhecer novas tecnologias. Outro fator também a ser destacado, é a inclusão de pessoas com deficiência, a flexibilidade e organização do tempo de forma individual, de acordo com as possibilidades de cada aluno (LUZ; NETO, 2016).

A proposta da EaD favorece o acesso de sujeitos com deficiência em diversos níveis de escolaridade, pois o uso da tecnologia permite que indivíduos com dificuldades motora, de locomoção e outras condições atípicas, possam, de acordo com suas possibilidades, cursar uma graduação. Dessa forma, essa proposta de ensino, possibilita que o próprio educando se organize no seu ritmo de estudo, garantindo assim, por meio da acessibilidade digital, a entrada, permanência e construção de conhecimento, como preconiza a política de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, 2015).

Entretanto, Silva *et al.* (2015), em uma pesquisa sobre a formação continuada de docentes à distância para atuar no Atendimento Educacional Especializado, aponta seis aspectos que traduzem as dificuldades para a realização do curso. Porém, no que condiz aos cursos de formação inicial, em particular o consórcio Cederj¹, apenas três pontos se enquadram a esta realidade que são: 1) falta de preparo dos alunos para o uso das tecnologias; 2) existência de modelos homogêneos e pouco interativos; 3) falsa ideia de facilidade dos cursos. O que observamos é que o estudante de um curso de graduação deste Consórcio precisa se organizar e se dedicar aos estudos de forma mais disciplinar e constante do que o alunado de um curso presencial.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior na modalidade de EaD, no curso de Pedagogia, do consórcio Cederj, oferecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O ensino superior na modalidade EaD

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) aponta que os serviços ofertados pela Educação Especial devem proporcionar que pessoas com deficiência tenham condições e oportunidades para alcançarem os níveis mais elevados de ensino, além de oferecer suporte no ensino superior. Desta forma, vale refletir sobre a inclusão deste alunado nas universidades, que a cada ano aumenta. Entretanto, não adianta garantir o ingresso de alunos com deficiência no ensino superior, em alguns casos por meio de medidas afirmativas como as cotas, se não possibilitar a permanência no curso de graduação escolhido.

Castro e Almeida (2014) realizaram uma pesquisa relacionada às iniciativas de 13 universidades brasileiras no que diz respeito ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência. As autoras observaram o desenvolvimento de ações, políticas e criação de espaços que favorecem a escolarização deste alunado nos cursos de graduação, como núcleos, acessibilidade física e a construção de manuais acessíveis, entre outros. Porém, apesar do avanço, ainda é preciso evoluir no sentido de garantir, realmente, a permanência e conclusão dos cursos. Um dos aspectos apontados na pesquisa é a falta de mapeamento e acompanhamento dos alunos durante a sua trajetória no ensino superior. Ciantelli *et al* (2015) acrescentam que um dos entraves para o acesso ao ensino superior é a falta de acessibilidade para fazer os exames vestibulares, além das poucas adequações estruturais, metodológicas e de comunicação.

[...] é importante destacar o que pode ser considerado como os três grandes desafios para essas universidades: Romper as barreiras ainda existentes, principalmente, as atitudinais; prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica) e criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores (CASTRO; ALMEIDA, 2014, p.191).

Para a formação de profissionais em uma perspectiva inclusiva é necessário mudanças estruturais no currículo, metodológicas e comunicacionais. Para que um curso seja inclusivo:

[...] só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É

¹ É um consórcio organizado pelas universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro para a oferta de cursos de graduação e especialização na modalidade à distância. Discutiremos isso mais adiante.

um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado (MOREIRA *et al*, 2011, p.141).

É fundamental a compreensão da diversidade e o conhecimento das necessidades de cada educando, de forma a proporcionar os recursos e suportes necessários, além de um olhar diferenciado no que concerne à correção de atividades e avaliações, visto que, alguns precisarão de propostas variadas e diferenciadas para o processo de ensino-aprendizagem.

Nessa direção, a EaD é uma proposta viável para o acesso desta população ao ensino superior, pois constitui, nos dias de hoje, uma realidade na qual as Instituições de Ensino Superior estão inseridas. Com o desenvolvimento e aprimoramento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, é possível estabelecer uma interação efetiva dos sujeitos do processo de educação formativa, além de promover a disseminação de informações e, conseqüentemente, a construção coletiva do aprendizado por meio da mediação tecnológica (LUZ; NETO, 2016).

As instituições públicas de Ensino Superior brasileiras possuem diferentes formas de gerenciamento das políticas e ações da EaD em sua estrutura interna, podendo o núcleo operacional do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) estar inserido na administração central da instituição ou em uma das unidades acadêmicas, como é o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), juntamente com o Consócio Cederj.

As políticas públicas para a expansão e desenvolvimento da EaD como modalidade de educação já são realidade. O Ministério da Educação (MEC), por meio de sucessivas normatizações e do credenciamento e avaliação de cursos e instituições, tem incentivado o processo de institucionalizar a EaD, mas como cita Belloni, (2003, p.15) “[...] o campo da educação é extremamente complexo e altamente resistente à mudança”, ou seja, a consolidação da EaD é um processo contínuo e em construção para todos os envolvidos.

O Consórcio CEDERJ funciona com uma parceria entre as Universidades Públicas: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFECT), que oferecem cursos de graduação, pós-graduação Lato Sensu e extensão em diferentes áreas de ensino. Os cursos ofertados apresentam um formato semipresencial, ou seja, apesar das aulas serem pela plataforma, os alunos realizam avaliações à distância e presenciais.

No caso da UERJ, os cursos oferecidos são: Licenciatura em Pedagogia, Ciências Biológicas e Geografia, em diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, distribuídos por diferentes polos, como demonstra o mapa:

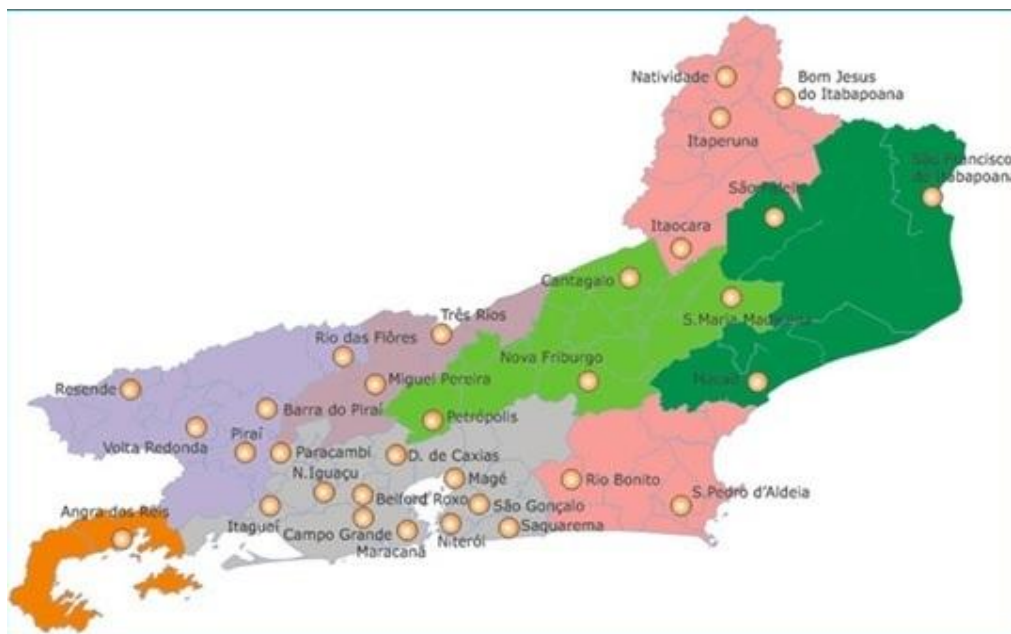


Figura 1: Mapa do atendimento da EaD no Estado do Rio de Janeiro para os cursos de Ciências Biológicas, Pedagogia e Geografia da UERJ, por meio do consórcio CEDERJ.

Os cursos possuem uma coordenação geral e cada disciplina é coordenada por um professor, que junto com seus tutores à distância e presenciais, ministram a disciplina pela plataforma.

Curso	Coordenadores	Tutores à distância	Tutores presenciais
Ciências Biológicas	16	17	28
Geografia	27	28	40
Pedagogia	56	127	176

Quadro 1: Número de coordenadores de disciplina, tutores à distância e presenciais dos cursos oferecidos pela UERJ.

Atualmente, o curso de Licenciatura em Pedagogia da UERJ, atende 12 polos no Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Belford Roxo, Itaguaí, Magé, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Resende, Rocinha, São Pedro da Aldeia e Três Rios.

A inclusão escolar de alunos com deficiência em cursos superiores no consórcio Cederj

No semestre de 2018.1, os cursos de graduação possuem 76 matrículas ativas declaradas de alunos com deficiência pertencentes ao consórcio CEDERJ, em todas as universidades participantes, como nos esclarecem as figuras a seguir.

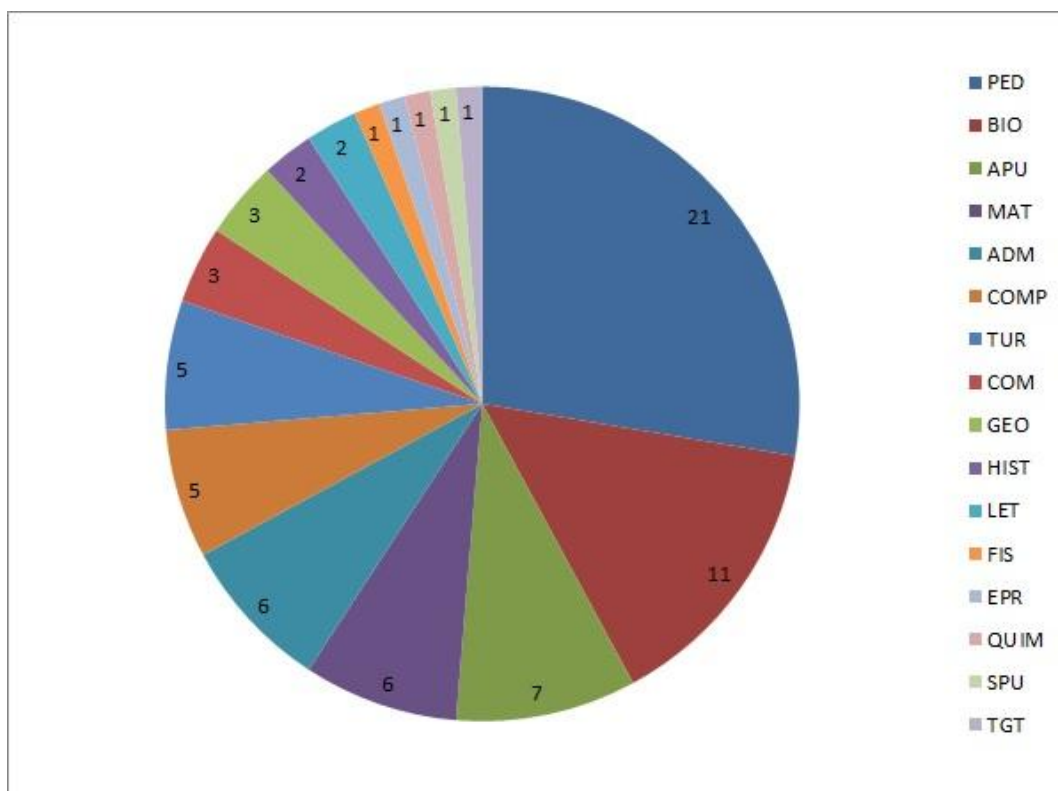


Figura 2: Alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação do Consórcio CEDERJ em 2018.1.

Como podemos observar, o maior número de alunos com deficiência são os com deficiência visual (DV) 43 estudantes, onde encontramos pessoas com cegueira total e baixa visão. Logo após, temos 17 alunos com deficiência física (DF), seguido por 08 com deficiência auditiva/surdez (DA/surdo), 03 com deficiência múltipla (DMU), 03 com deficiência intelectual (DI), 01 com transtorno do espectro autista (TEA) e 01 com dislexia (Necessidades educacionais especiais – NEE).

Esses alunos estão distribuídos por diferentes cursos em todas as instituições participantes: Pedagogia, Biologia, Administração Pública, Matemática, Administração, Computação, Turismo, Comunicação, Geografia, História, Letras, Física, Engenharia de Produção, Química, Segurança Pública e Tecnologia em Gestão de Turismo.

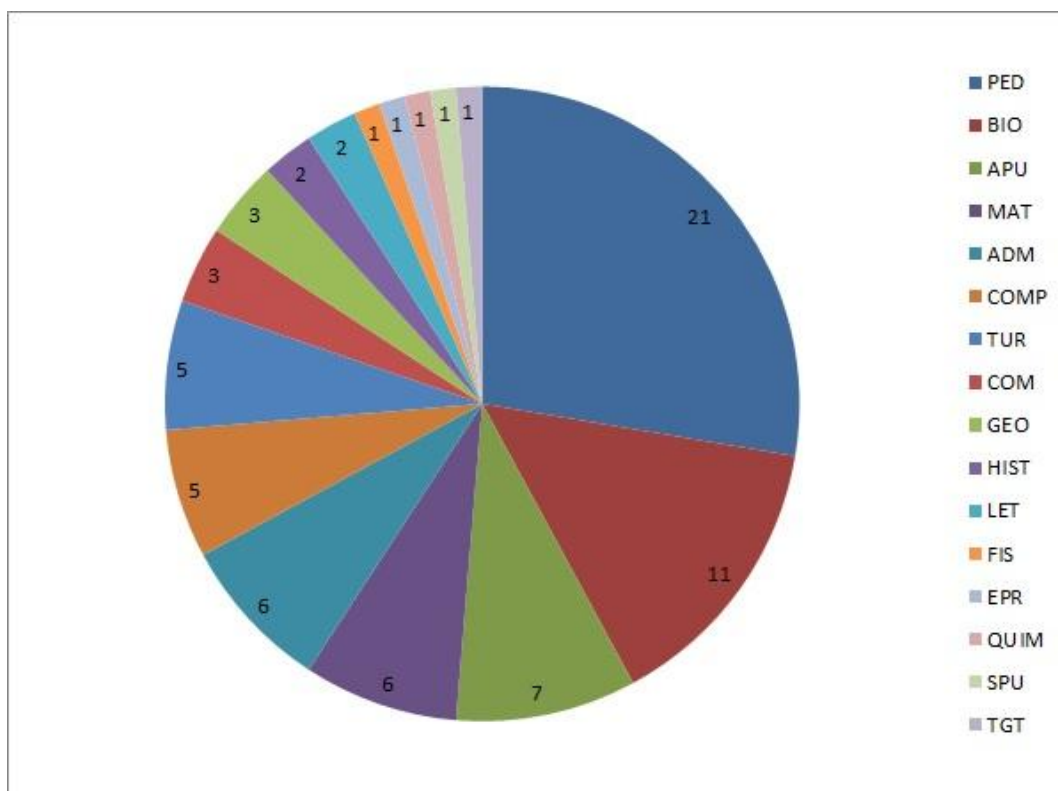


Figura 3: Alunos com deficiência distribuídos pelos cursos oferecidos pelo consórcio CEDERJ em 2018.1.

Em agosto de 2011, foi criada uma portaria abordando a questão dos alunos com deficiência que fazem parte do consórcio (PORTARIA FUNDAÇÃO CECIERJ, 2011). A partir desta Portaria nº183, foi criada uma comissão encarregada de estabelecer as normas que regerão os procedimentos a serem adotados pelo Consórcio CEDERJ em relação aos seus alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Diante disso, algumas estratégias foram pensadas e implementadas no consórcio, com intuito de auxiliar neste processo de inclusão: 1) Acessibilidade constante da plataforma; 2) adaptação dos materiais de aula e avaliações; 3) materiais concretos para tutoria presencial; 4) tutores ledores para as avaliações; 5) acompanhamento individualizado e 6) aquisição de novos programas, como o dosvox², por exemplo. Porém, outras estratégias ainda são necessárias: Impressora braile para o envio das avaliações presenciais e apostilas para os alunos com deficiência visual; contratação de bolsistas / tutores que auxiliem com o braile, audiodescrição e outras acessibilidades pedagógicas.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (BRASIL, 2015), em seu Art. 30, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

² O **DOSVOX** é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti (antigo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se destina a facilitar o acesso de pessoas com deficiência visual a microcomputadores (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dosvox>).

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

No curso de Licenciatura em Pedagogia da UERJ (2018.1), há nove alunos com deficiência, sendo sete com deficiência visual (três com baixa visão e quatro com cegueira total) e dois com deficiência intelectual. Após o ingresso dos mesmos no curso de Pedagogia UERJ/EaD, iniciamos um trabalho minucioso e contínuo com cada aluno com deficiência: o primeiro passo é uma anamnese para identificar as necessidades individuais desses alunos e consequentemente preparar as adaptações necessárias para cada um. Os materiais disponibilizados pelas disciplinas são transformados em áudio para os alunos cegos e entregues no início do semestre aos polos, que repassam o material para os mesmos.

Esse procedimento torna-se absolutamente importante, pois cada aluno possui sua especificidade dentro da mesma deficiência. Isso significa que, por mais que tenhamos alunos cegos, não quer dizer que eles possuam as mesmas necessidades de atendimento, afinal um domina o braille, ao passo que o outro prefere o dosvox ou outro programa de leitura de tela, ou mesmo uma prova ampliada pode atender com qualidade a sua necessidade. Além disso, existem diferenças que influenciam diretamente, como por exemplo: momento da perda da visão, grau da perda, reação da família, apoio institucional das áreas de educação, saúde, assistência social, entre outros. Todos esses fatores devem ser sempre levados em consideração para um ensino de qualidade.

Para os alunos com deficiência intelectual, também foi realizada inicialmente a anamnese para entender quais os suportes deverão ser oferecidos. Em seguida, foi proposto o serviço de tutoria individualizada, ou seja, uma tutora acompanharia o estudante, não somente durante o curso, mas também juntamente com os coordenadores, no início de cada semestre, para verificar quais disciplinas o educando deve se inscrever. A tutoria individualizada auxilia na organização dos estudos e de como estudar, ajuda nas revisões das matérias e pode tirar dúvidas. É preciso desenvolver um trabalho colaborativo entre a tutoria individualizada, tutores presenciais e à distância, coordenadores de disciplina e do curso, pois assim conseguiremos oferecer a inclusão escolar desse sujeito no ensino superior.

A anamnese é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência, pois possibilitará a organização dos suportes que serão ofertados. Nessa

direção, após a anamnese, os coordenadores das disciplinas recebem notificação, por e-mail, sobre a presença do aluno em sua disciplina para que assim disponibilize materiais em sala de aula adaptados, incluindo as avaliações. Além disso, os alunos com deficiência possuem um tutor presencial em seu polo para auxiliar nas atividades realizadas na plataforma, como informado. São feitas também, visitas periódicas pela coordenação do curso, para acompanhar o desenvolvimento desses estudantes.

Em relação às avaliações, as mesmas são adaptadas de acordo com a necessidade de cada aluno: prova ampliada, prova em braile, prova realizada no programa de computador dosvox, com o tempo de realização superior aos demais alunos, como previsto em lei e para os alunos que precisam de um atendimento individualizado mais específico, como o caso das pessoas com deficiência intelectual, a avaliação pode ser realizada com a mediação de um tutor. O fato do curso ser no formato semipresencial, possibilita a disponibilização de recursos e estratégias que facilitam a acessibilidade pedagógica. Entretanto, para as pessoas com dificuldades de locomoção, deve ser pensado outros suportes.

Tivemos, em toda nossa trajetória na EaD, dois alunos cegos formados. Os demais, atualmente, estão distribuídos em diferentes períodos, variando do primeiro ao sexto. É válido citar também nosso novo desafio: dois alunos com deficiência intelectual. Para esses alunos, foi elaborado Plano Educacional Individualizado (PEI), com acompanhamento e mediação de um coordenador e um tutor presencial, como já comentado. De acordo com Glat *et al* (2012, p.84) o PEI consiste

Planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos. Também são levados em consideração expectativas familiares e do próprio sujeito.

Enfim, muitas ações são pensadas e executadas para garantir não só a entrada, mas a permanência do aluno no Ensino Superior com qualidade e igualdade de condições, a sua saída e consequentemente a sua inserção no mercado de trabalho. É claro que ainda há muito que fazer, lembrando sempre que o caminho é trilhado a cada dia, com metas fixadas e objetivos de ação constantes; em busca da excelência de ensino priorizada em nossa Instituição.

Considerações finais

Não podemos negar, em hipótese alguma, que quando não conseguimos lidar com as diferenças que nos rodeiam perdemos uma oportunidade de caminhar na nossa própria evolução (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015). Assim, é de fundamental importância perceber que todos os alunos, possuindo ou não alguma deficiência, apresentam suas características específicas, contribuindo para a diversidade atual. Diversidade essa que nos transforma em um grupo com riquezas imensuráveis.

O acesso ao ensino superior ainda é baixo para os sujeitos com deficiência, o que pode ser agravado pela falta de adequações e acessibilidade dos exames de vestibular (CIANTELLI *et al*, 2015), falta de acessibilidades física e pedagógica nas universidades, falta de profissionais de apoio, como intérpretes de Libras, entre outros. Dessa forma, a oferta de graduação na modalidade EaD, proporciona ao indivíduo com deficiência a sua autonomia, entrada e permanência nos cursos. Nessa direção, ao administrar o formato de estudo, o seu ritmo de estudo e acesso às informações, permite que o aluno seja protagonista do seu

aprendizado. A EaD possibilita também que aqueles alunos com dificuldade ou mobilidade reduzida e/ou até mesmo os que moram em locais de difícil acesso possam estudar.

Outro aspecto fundamental que precisamos pensar com muita ênfase, é que não basta o aluno conseguir ingressar no ensino superior, mas que após esse ingresso, ele possa permanecer com qualidade de informações e trabalho, concluindo esse ciclo acadêmico com êxito. Vale lembrar que o papel do professor / tutor é essencial para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma significativa e produtiva, pois é ele quem auxiliará e mediará a construção do conhecimento pelo aluno.

Desta forma, incluir o aluno com deficiência na EaD se faz tão necessário e urgente, como no ensino superior presencial, disponibilizando assim, todas as formas de acesso ao ensino de qualidade.

Referências

- BELLONI, M. L. **Educação à distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.
- BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- BUTTON, D.; HARRINGTON, A.; BELAN, I. **E-learning & information communication technology (ICT) in nursing education: A review of the literature**. *Nurse Educ Today*. 2014; 34(10): 1311-23
- CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**. pp. 179-194. v.20, n.2. Marília: 2014.
- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. de O. Inclusão no ensino superior: mapeamento e análise da matrícula de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Unesp. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). **Educação Especial inclusiva: legados históricos e perspectivas**. pp. 287-302. São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015.
- GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas, 2012, v. 34, pp. 79-100.
- LUZ, M. A. M, NETO, J. L. F. Processos de trabalho e de subjetivação de professores universitários de cursos de educação à distância. **Psicol. Esc. Educ.** vol.20 no.2 Maringá May./Aug. 2016
- MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco. In: **Educar em Revista**. pp.125-143. Curitiba: Editora UFPR, 2011.
- NUNES, S.S., SAIA, A.L., TAVARES, R.E. **Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família**. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2015, 35(4), 1106-1119.
- PATTERSON, B. J; KROUSE, A. M; ROY, L. Student outcomes of distance learning in nursing education: an integrative review. **Comput Inform Nurs**. 2012; 30(9): 475-88
- PORTARIA FUNDAÇÃO CECIERJ 183, 2011. **Estabelece as normas que regerão os procedimentos a serem adotados pelo Consórcio CEDERJ em relação aos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro, ago. de 2011.
- SILVA, A. N; SANTOS, A. M. G; CORTEZ, E. A; CORDEIRO, B. C. Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. **Cien Saúde Colet**. 2015; 20(4): 1099-1107.

Recebido em 2018-06-14
Publicado em 2018-06-20